

## INTERESSES AUTÔNOMOS OU PRERROGATIVA ESTATAL?

*Luciana da Conceição Feltrim\**

FLORINDO, Marcos Tarcísio. *O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, 218 p.

Os serviços de segurança instituídos no Brasil desde os primórdios da república, responsáveis por cuidar do policiamento contra os crimes comuns, constituem um dos mais importantes ramos da burocracia estatal. Estes serviços mereceram das autoridades um cuidado especial, particularmente porque suas funções vão se imbricar com a repressão política, inicialmente centrada nos trabalhadores urbanos que encetam as grandes greves do início do século XX no país.

*O serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na Era Vargas*, do historiador Marcos Tarcísio Florindo, analisa os relatórios dos agentes duplos do Serviço Secreto (SS) ligados ao DOPS/SP, entre 1930 a 1945, no período do governo de Getúlio Vargas. As atividades, neste momento, se ampliaram visando a contenção aos movimentos operários encarados pelo Estado como um setor perigoso e muito suscetível à interferência do comunismo e do anarquismo, considerados pelos órgãos oficiais, como ideologias alienígenas. O autor integra os poucos autores historiadores que se dedicam ao estudo desta temática em períodos não repressivos, seguindo a tradição de autores como Luís Reznik, Nilo Dias de Oliveira, Vera Lucia Vieira entre outros.<sup>1</sup>

Conforme ressalta o autor, desde a sua criação, em 1924, a DOPS teve o encargo de conter as demandas sociais, vistas como distúrbios que pudessem interferir na ordem política e social burguesa. O autor afirma ainda, no período em que estuda, a DOPS de São Paulo estava ligada ao projeto de modernização conservadora do Estado, através da reorganização burocrática e da centralização das instituições públicas marcada pelo acirramento do autoritarismo frente às questões políticas e sociais. O movimento dos trabalhadores já se fazia presente desde o início do século XX a partir da embrionária industrialização, quando o Brasil começava a reconfigurar a economia voltada principalmente para o café, tendo como auge as greves de vários setores em 1917 face às péssimas

condições de trabalho. No governo Vargas houve a preocupação de desmobilizar estas associações através de estratégias de dominação política que visava à disciplina de normas do trabalho urbano e industrial.

O domínio do Estado sobre as associações operárias se consolida, conforme já analisado pela historiografia, por meio da promulgação da legislação sobre os direitos trabalhistas, de 1943. A CLT estendeu a todos os trabalhadores a regulamentação da jornada de trabalho, do direito às férias, do trabalho infantil e feminino, da previdência, da carteira de trabalho, que já haviam sido conquistados por algumas categorias nos anos anteriores, após árduas lutas e confrontos com o Estado. Florindo ressalta, sobre a cooptação dos trabalhadores, o papel da carteira de trabalho, que se transforma em um mecanismo de controle sobre o operário, ao registrar seu histórico de vida, atestando para o patrão e para as forças policiais se este tinha boa conduta, ou seja, se este não estava vinculado a mobilizações.

Conforme o autor, a modernização da polícia era pauta entre as décadas de 30 e 40, pela preocupação com as novas revoltas, como a que ocorre em 1935, denominada de uma forma depreciativa como Intentona Comunista.<sup>2</sup>

Haviam duas formas notórias de investigação: a utilização dos agentes duplos não pertencentes aos quadros oficiais e a tortura.

No primeiro capítulo, *O Deops/SP: exclusão e controle social* o autor trata das transformações ocorridas desde a década de 20 na ordem pública paulistana em paralelo com a modernização da sociedade e o conseqüente redimensionamento das políticas de contenção aos movimentos sociais. Contexto este no qual se insere a justificativa para a nascente Delegacia de Ordem Política e Social, uma polícia especializada na defesa da ordem burguesa e conservadora.<sup>3</sup> A polícia emerge neste período como a mediadora dos conflitos entre a modernização e a continuidade dos privilégios sociais da burguesia e a exclusão do operariado e demais trabalhadores, além dos desempregados que viviam do trabalho informal. Uma segmentação social que se evidencia e consolida com os projetos urbanos de higienização, à semelhança do que ocorrera nas sociedades européias. Para as classes mais abastadas foram construídos monumentos, bulevares e avenidas arejadas. Para as classes subalternas a omissão do Estado constitui como que uma característica marcante, em que predominava a miserabilidade e a insalubridade. Para a polícia tais pessoas eram potencialmente perigosas, pois entre eles havia os “*instigadores da revolução social*” que se inseriam, segundo o autor, como orientadores das lutas do movimento operário, divididos entre duas linhas de pensamento - o anarquismo e o comunismo. Trata-se de se proceder a uma higienização social, tanto pelo afastamento físico dos pobres, quanto pela contenção às mobilizações no mundo do trabalho, o que foi amplamente apoiado pelos empresários paulistas.

Novos métodos de investigação foram inseridos com o intuito de fazer com que o aparato policial se especializasse. Tendo como referência as experiências europeias como a balística, a coleta de impressões digitais, a análise de fotografias tiradas na cena do crime, retratos falados e um maior rigor no controle dos fichários dos presos e associações, a polícia política adquire notoriedade como uma força preventiva.

O sistema policial, conforme atesta o autor, é um elemento da manutenção de um regime que limita a incorporação de um vasto setor da sociedade à cidadania plena. Um regime influenciado pelo fascismo, em que ocorre a primazia do Executivo sem a interferência do Congresso Nacional, a proibição dos partidos políticos, o crescimento da burocracia estatal, a legalização da repressão com a criação do Tribunal de Segurança Nacional (1936) composto pelos juizes mais conservadores da época, como uma maneira de acelerar os tramites legais para a condenação dos envolvidos no levante de 1935. Inicia-se aí a legalidade das práticas de culpabilidade.

No segundo capítulo *O Serviço Reservado do Deops/SP*, o autor analisa a reestruturação funcional da DOPS/SP entre 1930 a 1945, o *modus operandi* da polícia; período em que a valorização das operações do Serviço Reservado, caracteriza as motivações para as pessoas entrarem no serviço de delação da DOPS. Para a elaboração dos relatórios do Serviço Secreto as normatizações foram diversas. Por exemplo, enfatiza Florindo, se no início da década de 30 era usual a inscrição do nome próprio e da assinatura do agente, esta prática foi substituída por senhas para possibilitar o sigilo e a despersonalização dos “reservados”.

De fato, tais práticas vão se aperfeiçoando com o passar dos anos, e tal assertiva do autor se comprova quando incorporamos um outro documento, o Manual de Polícia, elaborado pelo investigador Luís Apolônio em 1954. Tal Manual traz evidências de um aspecto que o texto de Florindo não aprofunda, ou seja, que o Estado tinha o dever de formar uma elite que pudesse atuar como uma vanguarda contra o comunismo e na defesa das instituições- eram os “*sentinelas avançados da ordem*” que surgiram como um contraponto à vanguarda comunista.

A incorporação dos agentes no Serviço Secreto da DOPS é uma das problemáticas tratada na obra aqui resenhada. O autor enumera os critérios de seleção para este trabalho, existiam dois tipos de perfis, os policiais de carreiras e a desvirtuação dos militantes de esquerda. Este último era o ideal, pois poderia se inserir mais facilmente nas reuniões das organizações sem que sua presença despertasse desconfiança. Um bom agente duplo era aquele que estava aclimatado aos ambientes de vigilância. Os policiais de carreira eram indicados aos empregos nas fábricas para que se inserissem nas organizações aos poucos.

Estes procedimentos denotavam uma sofisticação da polícia brasileira. Neste sentido, aponta o autor, diversos países instituíram órgãos repressores para eliminar as organizações comunistas e para o aperfeiçoamento da vigilância foram firmados acordos de cooperação internacional entre os quais a troca de documentação através de embaixadas. Neste sentido a luta contra o comunismo adquiria prerrogativas mundiais.

No último capítulo *Os observadores: processo de delação e trajetórias pessoais*, o autor adentra os meandros da vida de três agentes: o Guarany, Mário de Souza Davino e Francisco dos Santos. Através do percurso pessoal desses três agentes demonstra alguns aspectos da configuração das dinâmicas de repressão. Ou seja, apreende-se que as características do sistema repressor adquiriram contornos a partir das peculiaridades de seus funcionários, movidos pelos mais diversos interesses individuais e que o Estado não teve responsabilidades diretas nestes procedimentos ilegais e tortuosos que constituíam a repressão no país, naquele período.

O autor enfatiza o recrutamento dos policiais e centra a análise nas ações destes indivíduos, como eixo central das investigações Serviço Secreto (SS). Considera assim, que *os modos operandi* da repressão expressavam uma cultura policial, resultado de interesses individuais. Existiam inúmeras possibilidades para o recrutamento para o Serviço Secreto, diz ele, e uma das formas que adquiriu relevância nos anos 40 foi a cooptação de militantes presos. A estes, fragilizados pelo tratamento desumano, era oferecida a possibilidade de redução da pena caso colaborassem. Os policiais faziam um levantamento da vida de cada um dos presos e ofereciam aos que eram mais suscetíveis às aceitação dessas atividades -os que iriam cumprir longas penas, os ameaçados de deportação, os que viviam na miséria e eram a base do provimento familiar ou os desiludidos da militância- a alternativa de retornar à vida normal se colaborassem. Outro grupo eram as pessoas que voluntariamente requeriam do Dops seus serviços, movidos por interesses econômicos.

Os estudos sobre a violência policial no Brasil fundamentam-se, grosso modo, em duas vertentes de abordagens, ambas a partir de informações extraídas das fontes geradas pelo sistema repressor, a saber: a primeira mais difundida nos estudos acadêmicos, arregimentada pela crítica pós-moderna, busca nas ações dos agentes do sistema os fundamentos da repressão. Esta abordagem adquiriu visibilidade entre os acadêmicos, a partir da década de 1990, com o aumento da violência, particularmente nos centros urbanos, vários autores voltados para análise dessa questão vão considerar que os atos ilegais cometidos por policiais, particularmente os assassinatos sob suspeita, o uso de torturas nas delegacias, etc.. resultam de uma cultura violenta dos policiais, decorrentes, tanto de sua origem sócio econômica, quanto de um tipo de tradição no interior da corporação, ou seja, tendem a isentar o Estado da responsabilização destes atos.<sup>4</sup>

Na segunda abordagem estão os estudos sobre a compreensão da violência enquanto mecanismo institucional. Nesta analisam-se as fontes dos órgãos de repressão no Brasil como manifestação de um Estado cuja relação com a sociedade que integra é inerentemente violenta, dadas as formas objetivas de sua configuração ao longo da história do país.

Embora ambas as abordagens se diferenciarem no fundamento analítico, o autor de certa forma atrela essas perspectivas. Apesar de pontuar que o governo instituiu a polícia política para a contenção do comunismo, no percurso do estudo percebemos uma guinada para a tradição teórica que considera a violência policial como uma motivação pessoal dos sujeitos que compunham o quadro de funcionários do Serviço Secreto.

Isenta-se assim o Estado e se transfere para os indivíduos, tomados como pessoas físicas e não como funcionários públicos, o ônus da repressão e dos excessos contra a pessoa humana que se comete nos porões destes sistemas de controle social. Isto apesar das evidências colocadas na própria obra. Não bastassem os dados apontados acima, o autor informa ainda que as verbas destinadas às “*despesas ao combate do comunismo*” repassadas à Dops de São Paulo giravam em torno de quatro mil contos (o que seria equivalente a duzentos e quarenta mil dólares). Ora, como essa importância saia dos cofres públicos se não a federação considerasse importante tais funções? A iminência do perigo revolucionário que, segundo o discurso oficial se fazia presente não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo, tornava tais questões intrinsecamente interligadas à questões da defesa nacional, da segurança da República. A Delegacia de Ordem Política e Social neste sentido, era um importante membro de coleta de informação e de mapeamento, em cada Estado brasileiro, das atividades que eram consideradas um risco à tal segurança. E todas estas informações eram centralizadas na agência do Rio de Janeiro, na época distrito federal. Uma atuação, que, conforme demonstra nossa própria pesquisa, se estende por mais de 60 anos.

Como considerar que tal atuação era movida por interesses autônomos, de iniciativa de cada agente subalterno, na estrutura militarizada que adquirem tais órgãos, conforme se depreende da leitura do presente texto?

*Recebido em junho/2009.*

### *Notas*

\* Mestranda no curso de Pós-Graduação em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Os mecanismos da repressão no Estado de São Paulo entre a década de 50 e 60. Do sistema de informação ao sistema de repressão. (CNPQ) sob orientação da prof. Dra. Vera Lucia Vieira. Integra ainda o grupo de pesquisa interdepartamental: Violência institucional e autocracia de Estado: continuidade e

rupturas na dinâmica brasileira na segunda metade do século XX. Sob coordenação da Prof. Dra. Vera Lucia Vieira e Prof. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago. E-mail: lucianafeltrim@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Neste sentido, ver: REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; BICUDO, Hélio Pereira. *Segurança Nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; OLIVEIRA, Nilo Dias. *A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2008; VIEIRA, Vera Lúcia. *Violência institucional e autocracia de Estado: Continuidades e rupturas na dinâmica brasileira na segunda metade do século XX*. “Relatório de Pesquisa - 2009”. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cehal/downloads/ATT00921.doc>. Acessado em 09/11/2010. entre outros.

<sup>2</sup> Levante armado contra os quartéis que se iniciou no nordeste, Natal, Recife e Rio de Janeiro, entre 23 a 27 de novembro, por militares dissidentes. Neste sentido, ressalta ele, o golpe de Estado de 1937 foi legitimado pela burguesia temerosa de transformações, que interpretava como ilegítima as mobilizações dos grupos subalternos.

<sup>3</sup> Este capítulo traz ainda um levantamento da bibliografia sobre a repressão e tutela ao movimento operário, temas característicos do governo Vargas, a consolidação do Estado Novo como uma política de eliminação do comunismo.

<sup>4</sup> Neste sentido ver: BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 28-34; HUGGINS, Martha K, FATOUROS, Mika Haritos, ZIMBARDO, Philip G. *Operários da Violência: Policias torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora UnB, 2006; PINHEIRO, Paulo Sérgio, Introdução, in: *O Estado de Direito e os Destituídos na América Latina*, CD Rom do Núcleo de Estudos da Violência, USP/São Paulo, 2004. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/educar/academia/coloquio/psp\\_coloquio.html](http://www.dhnet.org.br/educar/academia/coloquio/psp_coloquio.html) Acessado em 28 de outubro de 2010. Relatório da Anistia Internacional, “Eles entram atirando”.... Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_ai/r\\_rj\\_ai\\_entram\\_atirando.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_ai/r_rj_ai_entram_atirando.pdf) Acessado em 28 de outubro de 2010.